

As mortes não são racistas, os filhos não podem ter educação sexual e o país do bafio

Maria João Marques

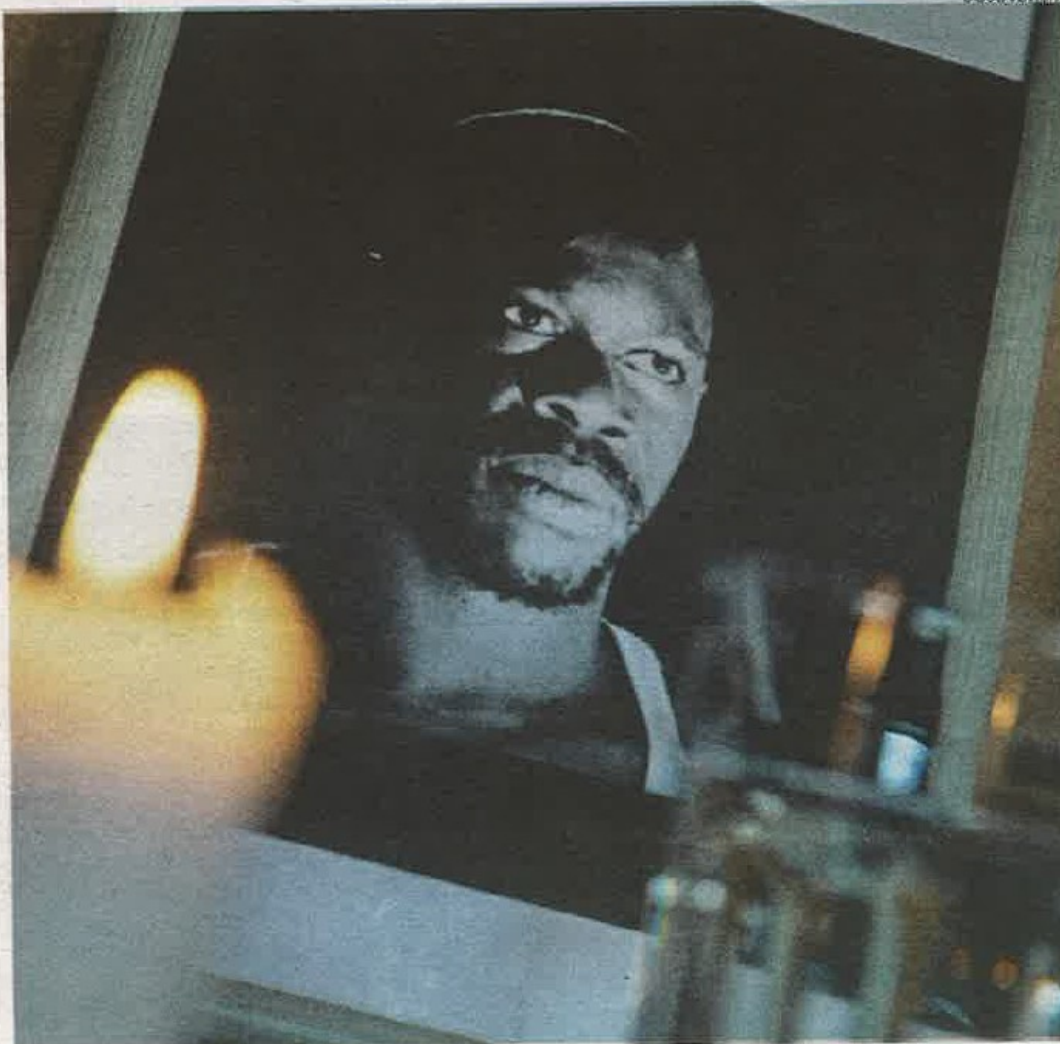
Nestas semanas tem havido esforços para manter um país bafiento, mas podemos sair deste estado

Um homem negro jovem está numa esplanada numa rua de Moscavide, perto de casa, acompanhado da sua labrador. Um homem branco de idade dispara quatro vezes uma arma de fogo ilegal e o jovem homem negro morre. Três filhos pequenos e uma mulher ficam sem pai e marido. Mas o mais importante? O assassinio dever-se-meramente a uma zanga que há dias os dois homens, o que morreu e o que disparou, haviam tido. Foi um assassinio normal, digamos, se se pode chamar normal a tal coisa. Uma discussão, não racismo. Ufa, livrámo-nos desta. Pêsames à família, qualquer morte é horrível – e adiante.

A sério que é esta a versão que está a ser cozinhada? Claro, é possível que o assassino de Bruno Candé Marques disparasse igualmente sobre um branco com quem se desentendesse à volta de um animal de estimação. Que a fúria da zanga tenha sido o único motor da vontade de matar.

Mas é assim tão improvável que a cor de pele do dono da labrador tenha aumentado a fúria ao assassino? Que o facto de se considerar que um “preto” arrogantemente ousou discutir com um branco, quando devia ser submisso, interiorizar estatuto secundário e não retorquir, é – isto tudo nos olhos de um racista – uma provocação agravada? Que as palavras que se tolera num branco, para um racista, são mais ofensivas se vierem de um negro? E, portanto, merecem punição que não se daria a um branco?

Não conheço o assassino, não sei o que se passou. Sei que já tinha dirigido insultos racistas ao homem que matou. Porém, incomoda a versão oficial que se começa a oferecer, neste crime nada ser racismo, como se uma morte por motivos corriqueiros não pudesse resultar de azedume exacerbado pelas tendências racistas do assassino. Como se o assassino ver num negro um ser com menor dignidade, uma espécie de subpeessoa – é isso que é o racismo –, não lhe pudesse facilitar a decisão ou o ímpeto de matar. Se o criminoso não levar um cartaz dizendo “sou racista e vou matar um absoluto desconhecido somente por ódio racial”, então não há lugar a desconfiar de racismo.



Bastante racista é engavetar o crime com a etiqueta de “desaguisado por causa de uma cadela”. Para que não se fale mais de possível racismo. Horror, ainda pomos a sociedade a olhar para dentro de si própria e depois não gosta e precisa de psicoterapia, esse hábito de gente finória.

Já com o assassinio do estudante cabo-verdiano se fez o mesmo. E resultou, ninguém protestou. Houve um desentendimento numa discoteca, portanto nada de racismo. Absolutamente nenhum racismo em se ver ofensa literalmente mortal numa mera discussão de discoteca. Também zero racismo na decisão de se ir emboscar um grupo de estudantes negros. Nada faz suspeitar de racismo na força da pancada

“Incomoda a versão oficial que se começa a instalar de na morte de Bruno Candé nada ser racismo”



na cabeça que matou Luís Giovani. Nem percam tempo cogitando que talvez os assassinos tenham sentido maior afronta por se depararem com um grupo de negros, que a cor de pele possa ter ditado uma pancada mais forte que não se daria a alguém de pele mais clara.

Mais ou menos como acontece com as mortes de mulheres em contexto de violência doméstica. As razões das mortes são os ciúmes, o adultério, a harpia que terminou a relação ou o casamento. Não tem nada que ver com machismo. Não se mata porque se consideram as mulheres seres menores, sem direito a decidir a sua vida amorosa, que não podem almejar a liberdade de conversar com quem as relações sociais e profissionais impõem. A visão de uma mulher como ser sem dignidade intrínseca, que não existe para além de satisfazer as necessidades da vida do homem com quem se relaciona, é inteiramente desligada destas mortes da violência doméstica, certo? Nada disso, só ciúmes, adultério ou fim de namoros e casamentos.

A reticência que temos em assumir estas pulsões generalizadas que contradizem o mito do país dos brandos costumes e das relações raciais benignas nas colónias tem de ser protegida, cozinhando causas oficiais

que não exponham os nossos pecados sociais. Avancemos a correr para as próximas notícias.

Dou então outra notícia do Portugal bafiento. A do pai que não permite aos filhos assistirem às aulas de Cidadania. Porque, horror absoluto, se fala de sexualidade e educação sexual, igualdade de género, multiculturalidade e outras modernices que não se toleram. Os filhos corriam o risco de aprender que não se pode dar bofetadas na mulher, e onde iria parar este país se as mulheres se sentissem à solta da possibilidade de bofetadas?

É desesperante que em 2020 se esteja ainda a discutir se adolescentes devem ser expostos a matérias como educação sexual. Na Suécia existe Educação Sexual nas escolas desde os anos 1950, e os alunos ainda pedem mais. No Reino Unido começou a dar-se informações sobre métodos de planeamento familiar durante a Segunda Guerra Mundial, altura em que uma boa porção dos nascimentos aconteciam fora de casamentos e as doenças venéreas se espalhavam.

Que orgulho estarmos setenta anos depois aqui neste país sem racismo (nem machismo) a debater se os adolescentes devem saber como prevenir o nascimento de bebés não desejados. Ou que existem homossexuais e transexuais.

Como de costume, prefiro defender os direitos das crianças e dos adolescentes antes dos direitos dos pais.

Independentemente dos valores dos pais – que têm todo o direito de viverem com moral sexual dos anos 1930 britânicos ou dos evangélicos americanos atuais –, é um direito dos adolescentes saberem como funcionam os seus corpos, os sistemas reprodutores femininos e masculinos e os métodos para evitar gravidezes e doenças sexualmente transmissíveis. Algo que, de resto, os próprios pedem. Além de conhecerem a realidade de minorias como homossexuais e transexuais e a ausência de patologia nestas condições.

Os pais têm direito, claro, a transmitir os valores sobre sexualidade aos filhos. Devem vigiar os conteúdos ensinados. Não cabe ao Estado impor uma moral sexual, dissoluta ou restritiva. Isso não retira que seja um direito incontornável dos filhos os conhecimentos técnicos e de saúde sobre sexualidade. E, sim, cabe ao Estado garantir que este direito dos menores não é sonogado pelos pais.

Nestas semanas tem havido esforços para manter um país bafiento. Mas podemos sair deste estado com passos de bebé. Começando, por exemplo, por defender o direito à educação sexual. E por reconhecer que há racismo na morte de um negro por um racista.

Economista. Escreve à quarta-feira